

Orientações Básicas do Setor de Assistência Social

Programa Institucional de Assistência Estudantil

SUMÁRIO

Programa Institucional de Assistência Estudantil-UEMS.....	2
CÓPIA/SCANNER DOS DOCUMENTOS.....	4
Comprovante bancário do (a) aluno (a).....	5
Carteira de Identidade (RG).....	6
Comprovantes de despesas.....	7
Comprovantes de Renda - Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS do declarante:.....	8
Conceituando: assalariados, estagiários ou bolsistas, trabalhador informal, estudante, desempregado, autônomo, profissional liberal.....	9
MODELOS DE DECLARAÇÕES.....	11
Declaração de união estável.....	12
Declaração que não possui carteira de trabalho e previdência social – CTPS.....	13
Declaração de renda variável.....	14
Declaração de ausência de renda.....	15
Declaração de recebimento de pensão alimentícia.....	16
Declaração de não recebimento de pensão alimentícia.....	17
Declaração de recebimento de auxílios de familiares e terceiros.....	18
Declaração de não recebimento de auxílios de familiares e terceiros....	19
Declaração de aluguel sem contrato.....	20
Declaração de divisão de aluguel.....	21
Declaração de transporte.....	22
Declaração de primeira graduação.....	23

Programa Institucional de Assistência Estudantil

A seleção para acesso ao Programa Institucional de Assistência Estudantil/PIAE oferecido pela Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS e gerenciado pelo Setor de Assistência Social ocorre anualmente, podendo se candidatar aqueles(as) que reconhecidamente encontram-se em situação de vulnerabilidade social, ou seja, fragilizados por acesso desigual de oportunidades, como em questões de moradia, educação, alimentação, locomoção, entre outros.

O Programa Institucional de Assistência Estudantil (PIAE) dispõe de três modalidades:

- ✓ Auxílio Permanência e Alimentação - editais publicados em conjunto, com períodos de inscrições preestabelecidos;
- ✓ Auxílio Emergencial – edital para seleção é de fluxo contínuo, portanto o período de solicitação é mais amplo.

Dentre os diversos determinantes e critérios de acesso, pertinentes a cada auxílio, que são descritos detalhadamente nos editais de inscrições, destaca-se a elegibilidade do (a) acadêmico (a) para participação do processo, quando este se enquadra em comprovar renda *per capita* igual ou inferior a um salário-mínimo e meio vigente no País.

No ano de 2022, foi desenvolvida uma nova etapa que antecede o processo de seleção dos auxílios e bolsas ofertados por meio da PROEC/DAE, a Avaliação Socioeconômica. Esta avaliação tem o objetivo de identificar acadêmicos(as) da UEMS que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica (conforme os critérios de participação), aptos(as) para participarem dos processos seletivos de auxílios ofertados pela PROEC/DAE nos prazos previstos pelos respectivos editais.

A análise da Avaliação Socioeconômica é realizada pelos (as) assistentes sociais lotados (as) na Divisão de Atendimento Estudantil, que se utilizam não apenas de conferências dos registros enviados pelos acadêmicos (as), mas também de competências e habilidades técnico-operativas articuladas aos referenciais teórico-metodológico e ético-político da profissão.

Sensibilizamos, portanto, a comunidade acadêmica que é de extrema importância o envio de todos os documentos (listados em editais de abertura) para uma análise de qualidade, almejando assim que os auxílios cheguem de fato àqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse sentido, o Setor de Assistência Social preparou estas orientações, especialmente, como referências sobre as principais dúvidas que surgem por parte dos(as) acadêmicos(as) durante o processo de seleção para se candidatar aos Auxílios do Programa Institucional de Assistência Estudantil da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

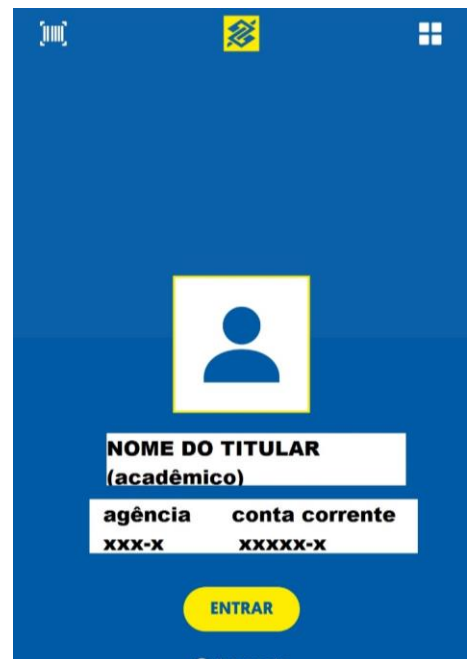
CÓPIA/SCANNER DOS DOCUMENTOS

➤ **Comprovante bancário do (a) aluno (a):**

- I - extrato bancário: somente com número da conta e do banco, ou
- II - cópia do cartão onde consta o número da conta e do banco

MODELO

Não é necessário o número do cartão,
apenas **NOME DO TITULAR (acadêmico)**,
agência e conta corrente



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
22/04/2021 - AUTOATENDIMENTO - 15.04.23
XXXXXXX SEGUNDA VIA 0013

Extrato

CLIENTE: **nome do titular (acadêmico)**
AGENCIA: **XXXX** CONTA: **XXXXX-X**

=====

↑
Imagens meramente
ilustrativas

➤ **Carteira de Identidade (RG):**

- I – frente e verso, legíveis;
- II – do (a) aluno (a) requisitante, e
- III - dos membros do grupo familiar que consta no questionário, (quando não houver, apresentar a Certidão de Nascimento);



Imagem meramente
ilustrativas

➤ **Comprovantes de Despesas:**

As despesas (faturas de energia, água, telefone, aluguel, etc) devem ser enviadas:

I – de forma legível, e

II - não podendo a emissão da mesma ultrapassar 90 dias ou três meses:

MODELO

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE ÁGUA E/OU ESGOTO

ÁGUAS GUARUROBA
 ÁGUAS GUARUROBA S.A.
 RUA ANTONIO MARIA COELHO, 5.401
 CNPJ-MF 04.089.570/0001-50 - INSC 28311.126-3

PARA CONTATO COM A ÁGUAS GUARUROBA INFORME ESSE NÚMERO

MATRÍCULA
XXXXXX-XX

MÊS REFERÊNCIA
03/2021

NOTA FISCAL Nº / SÉRIE: XXXXXX - 5101
 DECRETO n. 14.470, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020

NOME DO TITULAR

ENDEREÇO
 NOME DA RUA, N, BAIRRO, CIDADE/ESTADO

CEP XXXXX-XXX | **DATA EMISSÃO** 11/03/2021

MEDIDOR XXXXXXXXXXXX | **LEITURA ANTERIOR** 712 | **LEITURA ATUAL** 725 | **CONSUMO FATURADO MP** 13

TIPO ECONOMIA	FAIXA DE CONSUMO (m³)	QUANTIDADE DE CONSUMO POR ECONOMIA	ÁGUA		ESGOTO	
			V. UNIT. RS	TOTAL RS	V. UNIT. RS	TOTAL RS
RESIDENCIAL	0a10	1x10	5,61	56,10	3,93	0,1
RESIDENCIAL	10a15	1x3	7,18	21,54	5,03	0,1

DEMONSTRATIVO DE FATURAMENTO

JRS TRPONT	0,36
RLT TRPONT	1,44
TARIFA FIXA	13,88
VALOR DE ÁGUA	77,84

VENCIMENTO 07/04/2021

TOTAL A PAGAR 93,32

Pagando até o vencimento evita-se multa de 2%, juros de 1% ao mês e atualização monetária com base no INPC.

HISTÓRICO DE CONSUMO MEDIDO (m³)

02/2021	7	08/2020	14
01/2021	11	07/2020	10
12/2020	4	06/2020	10
11/2020	1	05/2020	12
10/2020	10	04/2020	11
09/2020	10	03/2020	8

NOME DO TITULAR
 RUA, N, BAIRRO
 CIDADE/ESTADO CEP

energisa

Grupo: MTC - CONVENCIONAL BAIXA T / Subgrupo: B1
 Classe: RESIDENCIAL / Subclasse: RESIDENCIAL
 Unidade Consumidora: XXXXXXXX

UNIDADE CONSUMIDORA (UC)
 XXXXXXXX

VALOR DA FATURA R\$ 164,13

VENCIMENTO 20/04/2021

REFERÊNCIA Abr / 2021

CONSUMO 170kWh

SITUAÇÃO DE DÉBITOS

CCI	Descrição	Quant	Tarifa c/ Tributos	Valor Base Calc Total (R\$)	Alq ICMS (R\$)	ICMS Base Calc (R\$)	PIS/COFINS (R\$)	PIS/COFINS 0,6671% (R\$)	Outros (R\$)
0601	Consumo em kWh	170	0,814300	138,43	138,43	17	23,53	138,43	0,82 4,25
0601	Adic. B. Amarela			2,87	2,87	17	0,49	2,87	0,02 0,03
0607	LANÇAMENTOS E SERVIÇOS CONTIL PUB-OP MUNICIPAL			22,83	0,00	0	0,00	0,00	0,00 0,00

RESERVADO AO FISCO

HISTÓRICO DE CONSUMO (kWh)

Jan/21	56
Fev/21	159
Mar/21	143

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

Descrição	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/MS	38,43	24,03
Compra de Energia	97,05	64,18
Serviços de Transmissão	6,96	3,63
Encargos Setoriais	12,76	7,77
Impostos Diretos e Encargos	52,13	31,78
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	164,13	100,00

PROXIMA LEITURA 13/05/2021

↑
 Imagens meramente ilustrativas

➤ **Comprovantes de Renda - Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS do declarante:**

I – página com o número da CTPS e foto;

II – página da qualificação civil com os dados pessoais;

III - página onde está registrado o desligamento (último contrato de trabalho) e página em branco subsequente;

MODELO



Imagens
 meramente
 ilustrativas



➤ **Conceituando...**

Como já mencionado inicialmente a comprovação da renda familiar é fator importante dentre os critérios de participação e acesso dos (as) acadêmicos (as) aos auxílios do Programa de Assistência Estudantil. Logo, seguem abaixo algumas definições de tipos de trabalhos e situação ocupacional para melhor compreensão do envio da documentação do (a) acadêmico (a) e da família.

Cabe ressaltar que tais definições foram descritas por meio de pesquisa feita pela própria equipe, e não tem o objetivo de limitar o conceito e sim de simplificar para melhor compreensão.

I - Assalariados (inclusive funcionários públicos): toda pessoa física que trabalha diariamente prestando serviço a um empregador mediante o recebimento de salário, ou seja, é um trabalhador formal. Nesse caso, o empregador e o empregado cumprem um contrato em que ambas as partes possuem direitos e deveres e, na maioria das vezes, são regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Os funcionários públicos são empregados assalariados que podem ser regidos por legislação específica ou pela CLT¹.

II - Estagiários (as) ou bolsistas: estagiários(as) são alunos(as) regularmente matriculados em instituições de ensino público e particular, de educação superior, de educação profissional, do ensino médio, de educação especial, que desenvolvem atividades em ambiente de trabalho com o objetivo de aprendizado das competências profissionais².

III - Trabalhador informal: é aquela pessoa que não possui nenhum tipo de contrato de trabalho, não tem amparo legal, não faz contribuição para a Previdência Social,

1 Fonte: <<https://www.guiatrabalho.com.br/tipos-de-trabalho.html>> Acesso dia 22.04.21.

2 Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.html>:
acesso em 22.04.21.

nem declaração de renda para Receita Federal, podendo ainda desenvolver várias atividades como meio de aquisição de renda³.

IV - Estudante: aquele que dedica seu tempo somente aos estudos.

V - Desempregado: de acordo com o IBGE desempregado é aquela pessoa que se encontra em idade para se inserir no mercado de trabalho, não está trabalhando e está em busca de um emprego⁴.

VI - Autônomos: aquele profissional que garante sua renda através do trabalho por conta própria, sem vínculo empregatício, podendo trabalhar para vários clientes. Normalmente é especializado em alguma área do mercado e sua renda é oriunda dos serviços prestados ou produtos que vendem. Pode ser pessoa física ou jurídica (como por exemplo, um trabalhador autônomo pode se tornar um microempreendedor individual)⁵.

VII - Profissionais liberais: profissionais que têm nível técnico ou superior, geralmente regulamentado por um conselho da categoria profissional (psicólogos, enfermeiros, médicos, assistentes sociais, fisioterapeutas etc). Pode ter vínculo empregatício como trabalhador assalariado, ser autônomo prestador de serviço, ser pessoa jurídica etc. Fonte:

3 Fonte: <<https://www.guiatrabalho.com.br/tipos-de-trabalho.html>> Acesso dia 22.04.21.

4 Fonte: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>> Acesso dia 22.04.21.

5 Fonte: <<https://www.guiatrabalho.com.br/tipos-de-trabalho.html>>;

<<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/tipos-de-trabalho-e-contratos/>> Acesso dia 22.04.21.

Modelos de Declarações

(Legíveis e sem rasuras)

Alterar os caracteres em destaque
de acordo com cada edital.

2

ANEXO XX - EDITAL N° XX/20XX (PIAE)

DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

Nós, DECLARANTES, abaixo-assinados:

Nome (1º declarante): _____

Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____

Profissão: _____ CPF: _____

Carteira de Identidade: _____ Órgão Emissor: _____

Nome (2º declarante): _____

Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____

Profissão: _____ CPF: _____

Carteira de Identidade: _____ Órgão Emissor: _____

Residentes e domiciliados no endereço:

Logradouro: _____

Complemento: _____

Bairro: _____

Cidade/Estado: _____ CEP: _____

Declaramos, ao Programa Institucional de Assistência Estudantil da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PIAE/UEMS), sob as penas da Lei, que convivemos em UNIÃO ESTÁVEL, de natureza familiar, pública e duradoura, desde ____/____/_____, nos termos dos artigos 1.723 e seguintes do Código Civil, Título III – “Da União Estável”.

Assim, o que neste instrumento se declara é a mais pura expressão da verdade, o qual assinamos para que surtam seus efeitos legais. Desde já autorizamos a verificação dos dados, sabendo que a omissão ou falsidade de informações resultará nas penalidades cabíveis¹.

Local e data: _____, _____ de _____ de
20____.

Assinatura do Declarante 1: _____

Assinatura do Declarante 2: _____

¹Código Penal: Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.
Art. 299 - Crime de Falsidade Ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XX - EDITAL N° XX/20XX (PIAE)

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CTPS

Eu, _____,
portador(a) do RG nº _____ Órgão Emissor _____ e inscrito(a) no
CPF sob o nº _____, declaro, sob as penas da lei, para fins de
apresentação ao Programa Institucional de Assistência Estudantil da Universidade Estadual de Mato
Grosso do Sul (PIAE/UEMS), que não possuo Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

Assim sendo, por ser o aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assino esta Declaração,
para que surta seus efeitos legais. Desde já autorizo a verificação dos dados, sabendo que a omissão
ou falsidade de informações resultará nas penalidades cabíveis¹.

Local e data:

_____, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do Declarante

Se menor de idade, assinatura do responsável

¹Código Penal:

Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena- reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.
Art. 299 - Crime de Falsidade Ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

**ANEXO XX - EDITAL N° XX/20XX (PIAE)
DECLARAÇÃO DE RENDA VARIÁVEL**

(Empregados domésticos, profissionais autônomos ou trabalhadores informais, profissionais liberais, cooperados, pescadores, vendedores de cosméticos, etc.)

Eu, _____,
inscrito(a) sob CPF nº _____ declaro, para fins de apresentação ao
processo de análise socioeconômica do Programa Institucional de Assistência Estudantil da
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PIAE/UEMS), que desenvolvo atividades de:
_____, com renda
média mensal de R\$ _____
(_____).

Assim sendo, por ser o aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assino esta Declaração,
para que surta seus efeitos legais. Desde já autorizo a verificação dos dados, sabendo que a omissão
ou falsidade de informações resultará nas penalidades cabíveis¹.

Local e data:

_____, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do Declarante

Se menor de idade, assinatura do responsável

¹Código Penal:

Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena- reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.
Art. 299 - Crime de Falsidade Ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XX - EDITAL N° XX/20XX (PIAE)
DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RENDA

(Estudantes, desempregados, do lar etc)

Eu, _____
inscrito (a) no CPF nº _____ e RG nº _____, Órgão
emissor _____, residente à rua
_____, nº _____, bairro
_____, cidade _____,
estado _____, declaro que não exerço atividade remunerada
neste momento e meu sustento provém de:

_____.

Assim sendo, por ser o aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assino esta Declaração, para que surta seus efeitos legais. Desde já autorizo a verificação dos dados, sabendo que a omissão ou falsidade de informações resultará nas penalidades cabíveis¹.

Local e data:

_____, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do declarante

¹Código Penal:

Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena- reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.
Art. 299 - Crime de Falsidade Ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XX - EDITAL N° XX/20XX (PIAE)
DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

(Está dispensado de entregar este documento quem apresentar o comprovante judicial da devida pensão)

Eu _____ (nome do responsável), declaro, sob as penas da lei e conforme estabelecido no referido edital, do Programa Institucional de Assistência Estudantil da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PIAE/UEMS), que recebo mensalmente a importância de R\$ _____ (_____) cujo valor refere-se à pensão alimentícia de meu(s) dependentes: _____

Assim sendo, por ser o aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assino esta Declaração, para que surta seus efeitos legais. Desde já autorizo a verificação dos dados, sabendo que a omissão ou falsidade de informações resultará nas penalidades cabíveis¹.

Local e data:

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Declarante

¹Código Penal:

Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena- reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.
Art. 299 - Crime de Falsidade Ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XX - EDITAL N° XX/20XX (PIAE)

DECLARAÇÃO DE NÃO RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____ (nome do responsável), portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, declaro, sob as penas da lei, para fins de apresentação ao Programa Institucional de Assistência Estudantil da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PIAE/UEMS), que não recebo pagamento referente à pensão alimentícia em meu nome ou em nome de meus dependentes.

Assim sendo, por ser o aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assino esta Declaração para que surta seus efeitos legais. Desde já autorizo a verificação dos dados, sabendo que a omissão ou falsidade de informações resultará nas penalidades cabíveis¹.

Local e data:

_____, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do Declarante

¹Código Penal:

Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena- reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.
Art. 299 - Crime de Falsidade Ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XX - EDITAL N° XX/20XX (PIAE)
DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE AUXÍLIOS DE FAMILIARES E TERCEIROS

(Familiares e terceiros que não sejam considerados os responsáveis diretos do acadêmico –cônjuges, companheiros, pais, avós etc – , anexar documento com foto do doador)

Eu, _____ (especificar parentesco),
declaro, sob as penas da lei e conforme estabelecido no referido edital, do Programa Institucional de
Assistência Estudantil da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PIAE/UEMS), que doo
mensalmente a importância de R\$ _____ (_____
_____), cujo valor se refere à ajuda de custos com os
gastos do acadêmico.

Assim sendo, por ser o aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assino esta Declaração,
para que surta seus efeitos legais. Desde já autorizo a verificação dos dados, sabendo que a omissão
ou falsidade de informações resultará nas penalidades cabíveis¹

Local e data:

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Declarante

¹Código Penal:

Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena- reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.
Art. 299 - Crime de Falsidade Ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XX - EDITAL N° XX/20XX (PIAE)
DECLARAÇÃO DE NÃO RECEBIMENTO DE AUXÍLIOS DE FAMILIARES E TERCEIROS

Eu, _____,
declaro, sob as penas da lei e conforme estabelecido no referido edital do Programa Institucional de Assistência Estudantil da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PIAE/UEMS), que NÃO recebo auxílio financeiro e nenhum outro tipo de ajuda de familiares e terceiros, sendo assim, independente financeiramente.

Assim sendo, por ser o aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assino esta Declaração, para que surta seus efeitos legais. Desde já autorizo a verificação dos dados, sabendo que a omissão ou falsidade de informações resultará nas penalidades cabíveis¹.

Local e data:

_____, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do Declarante

Se menor de idade, assinatura do responsável

¹Código Penal:

Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena- reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 299 - Crime de Falsidade Ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XX - EDITAL N° XX/20XX (PIAE)
DECLARAÇÃO DE ALUGUEL SEM CONTRATO

(Declaração somente para quem mora em casa alugada e não tem contrato ou recibo de locação)

Eu, _____,
denominado (a) Locador (a), portador(a) do CPF nº _____ e RG
nº _____, residente à Rua
_____, nº.____, bairro
_____, na cidade de _____, estado de
_____, telefone _____, declaro, para os devidos fins de direito
e sob as penas da Lei, que ALUGO o imóvel situado à
Rua/Av. _____, nº. _____,
bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, para o Sr.
(a) _____, portador do CPF
nº _____ e RG nº _____. Sendo cobrado o aluguel no valor de
R\$ _____ (_____).

Assim sendo, por ser o aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assino esta Declaração,
para que surta seus efeitos legais. Desde já autorizo a verificação dos dados, sabendo que a omissão
ou falsidade de informações resultará nas penalidades cabíveis¹.

Local e data:

_____, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do Declarante – Locador (a)

Assinatura do Declarante – Locatário (a)

¹Código Penal:

Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena- reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.
Art. 299 - Crime de Falsidade Ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XX - EDITAL N° XX/20XX (PIAE)
DECLARAÇÃO DE DIVISÃO DE ALUGUEL

(Declaração somente para quem mora em casa alugada e na falta do contrato de locação ou ainda se não há especificação dos locatários em contrato ou recibo de locação)

Eu, _____, acadêmico do curso de _____ da UEMS, declaro, sob as penas de Lei e conforme estabelecido no referido edital, do Programa Institucional de Assistência Estudantil da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PIAE/UEMS), que o aluguel declarado em despesas com moradia referente ao imóvel situado à Rua _____, no Bairro _____, na cidade de _____, é compartilhado entre as pessoas abaixo citadas, com custo de R\$ _____ para cada morador:

Nome: _____ CPF: _____

Nome: _____ CPF: _____

Nome: _____ CPF: _____

Nome: _____ CPF: _____

Nome: _____ CPF: _____

Assim sendo, por ser o aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assino esta Declaração, para que surta seus efeitos legais. Desde já autorizo a verificação dos dados, sabendo que a omissão ou falsidade de informações resultará nas penalidades cabíveis¹.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Declarante

Assinatura dos moradores:

¹Código Penal:

Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena- reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 299 - Crime de Falsidade Ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XX - EDITAL N° XX/20XX (PIAE)
DECLARAÇÃO DE TRANSPORTE

Eu, _____,
CPF _____, nos termos do referido edital, referente ao Programa de
Assistência Estudantil, declaro que estou domiciliado(a) no endereço

_____.

Para me deslocar no percurso: residência – UEMS – residência utilizo (assinalar mais que um, se necessário):

- transporte escolar / van – particular transporte público carro compartilhado (carona)
 carro/moto próprio - por necessidade (incompatibilidade entre o horário das aulas e o horário do transporte público, inexistência de transporte público, etc.)
 carro/moto próprio - por opção/comodidade (há oferta de transporte público, mas por escolha utiliza-se veículo/moto próprio)
 Outros _____

Custo Mensal: R\$ _____.

Assim, o que neste instrumento se declara é a mais pura expressão da verdade, o qual assino, para que surtam seus efeitos legais. Desde já autorizo a verificação dos dados, sabendo que a omissão ou falsidade de informações resultará nas penalidades cabíveis¹.

Local e data:

_____, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do Declarante

Se menor de idade, assinatura do responsável

¹Código Penal:

Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena- reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.
Art. 299 - Crime de Falsidade Ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XX - EDITAL N° XX/20XX (PIAE)
DECLARAÇÃO DE PRIMEIRA GRADUAÇÃO

(Declaração para todos os candidatos que já possuem outra graduação)

Eu, _____,
portador/a do RG nº _____, Órgão Expedidor _____ e do
CPF nº _____, residente e domiciliado(a) no endereço

declaro, para fins de comprovação junto ao Programa Institucional de Assistência Estudantil da
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PIAE/UEMS), que já possuo curso de nível superior
_____(nome do curso) pela
instituição de ensino _____ (nome da
instituição).

Assim, o que neste instrumento se declara é a mais pura expressão da verdade, o qual assino, para
que surtam seus efeitos legais. Desde já autorizo a verificação dos dados, sabendo que a omissão ou
falsidade de informações resultará nas penalidades cabíveis¹.

Local e data:

_____, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do Declarante

1Código Penal:

Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena- reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.
Art. 299 - Crime de Falsidade Ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.